



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE MODERNIZAÇÃO E APOIO A PRODUÇÃO
COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E REGISTRO PATRIMONIAL

Informação nº 13/2025/SPOA/SE/MAPA

INTERESSADO: COORDENAÇÃO-GERAL DE AQUISIÇÕES - CGAQ., KLEBER DE LIMA MORAIS

Assunto: **Prestação de subsídios formais ao Pregoeiro - IMPUGNAÇÃO 5 - RODOPARANÁ IMPLEMENTOS - RANDON (SEI nº 48630664)**

Ao Pregoeiro:

Prestando subsídios à decisão do Pregoeiro, conforme art. 17, inciso II, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, informamos que o pregão eletrônico teve sua sessão suspensa para revisão do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar, com a subsequente republicação do edital. Nesse contexto, informamos que a presente análise pauta-se nos documentos atualizados:

a) Em relação a inconsistências tributárias ou assimetria na composição dos preços por região, para aceitabilidade da proposta, é imperativo que o preço final cotado considere os custos incidentes a fretes, tributos, taxas e demais encargos. O item 5.4.2.3 do Termo de Referência republicado é específico ao definir que o fornecedor deverá considerar todos os custos envolvendo a entrega do objeto em todos os municípios da região para o qual lograr êxito no certame. Por sua vez, conforme os itens 5.2 e 5.3 do Estudo Técnico Preliminar, procedeu-se à análise de dados em bancos de dados públicos, utilizando filtros por regiões geográficas. Essa segmentação permitiu avaliar as variações regionais de preços e de oferta, o que subsidia a formatação de uma proposta mais ajustada às realidades de fornecimento em todo o território nacional.

b) **Não é necessário que o licitante vencedor possua postos de atendimento em todos os Estados.** Entretanto, deve comprovar por meio de declaração formal, que o fabricante dispõe de assistência técnica autorizada em todos os Estados que compõem a região para a qual os bens serão destinados, conforme estabelecido nos itens 5.17 e 5.17.1 do Termo de Referência republicado. Esta exigência mandatorial, fundamentada no § 2º do Art. 47, combinado com o inciso II do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, visa assegurar a plena execução dos serviços de manutenção e assistência técnica durante todo o período de garantia, tal como disposto nos itens 4.10.1 e 4.10.2 do Estudo Técnico Preliminar revisado, garantindo o bom desempenho e a durabilidade dos equipamentos de alta tecnologia e, portanto, a eficácia da política pública, de modo que a aceitabilidade da proposta

se condiciona à demonstração de que a estrutura de suporte pós-venda abrange integralmente o escopo do item regionalizado.

c) No tocante ao esclarecimento do Item 9.30 do Termo de Referência, especificamente quanto à definição da quantidade mínima de 50% exigida para comprovação da qualificação técnico-operacional, cumpre esclarecer que a **exigência não se refere ao total geral de equipamentos da licitação, mas sim ao quantitativo de cada item individualmente considerado**. Ademais, conforme os itens 9.30.1.2.1 e 9.30.1.2.2 do TR republicado, será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante e para fins de habilitação técnica, todos os itens licitados serão considerados semelhantes entre si.

d) Conforme republicação do certame, não há exigência de que o fabricante assuma responsabilidade **solidária** pela execução do contrato.

Assim, visto que houve a suspensão do certame para revisão e alteração do Termo de Referência e do Estudo Técnico preliminar, com a subsequente republicação do edital com as devidas alterações, manifestamos **pelo INDEFERIMENTO da Impugnação nº 05**, devendo o Pregoeiro, caso concorde, adotar as providências para ciência do impugnante e prosseguimento regular do certame, nos termos do art. 24, §1º, do Decreto nº 10.024/2019.^[1]

Atenciosamente,

RODRIGO DE LIRA VARELA RODRIGUES

Integrante Técnico

KETYANE EVELIN COSTA KIMA

Integrante Técnico

FERNANDO MAGALHÃES SOARES PINTO

Equipe de Planejamento da Contratação

[1] Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública. § 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Lira Varela Rodrigues, Integrante Técnico**, em 09/12/2025, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ketyane Evelin Costa Lima, Integrante Técnico**, em 09/12/2025, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO MAGALHAES SOARES PINTO, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**, em 09/12/2025, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **48665543** e o código CRC **E12B82A5**.

Referência: Processo nº 21000.042507/2025-77

SEI nº 48665543